

# Educação e orçamento

MURÍLIO HINGEL

**E**m período de recessão econômica, como a que vivemos nos últimos anos, quando os recursos humanos para os laboratórios de pesquisa e para a formação de cientistas começam a se tornar escassos, não faltam vozes para apontar os resultados nefastos dessa situação. Não faltam também propostas para saná-la. Dentre estas propostas, uma destaca-se por refletir o desespero que alguns cientistas experimentam quando se vêem impossibilitados, por falta de meios, de exercer sua competência.

Refiro-me à proposta de transferir os recursos destinados à formação de recursos humanos de alto nível no exterior para os cursos de pós-graduação no país.

Tal proposta só é pensável porque graças, em grande parte, ao envio de bolsistas pela Capes e, posteriormente, pelo CNPq às universidades da Europa e dos Estados Unidos foi possível montar no país um sistema de pós-graduação que oferece cursos, principalmente de mestrado, de boa qualidade, em praticamente todas as áreas do conhecimento. Assim, nossa dependência do exterior não é hoje a mesma que tínhamos até os anos 70 quando, em parte, com a criação da Capes, a pós-graduação se desenvolveu fortemente no Brasil e, em seu bojo, 90% da pesquisa aqui realizada.

Graças a isso, podemos hoje restringir drasticamente a formação no nível de mestrado e, progressivamente, no nível de doutorado, fora do país, privilegiando o pós-doutorado e o "doutorado sanduíche" (em que o aluno faz o curso no país e elabora parte de sua tese no exterior). Tendo em vista que estas bolsas, em geral, têm a duração máxima de um ano contra quatro anos do doutorado plenamente realizado no exterior, estamos, sem dúvida, economizando recursos. E mais importante: estamos mantendo a internacionalização de nosso conhecimento, que desenvolvemos num primeiro momento, graças a nossa dependência do exterior, e que mantemos agora, em condições cada vez mais favoráveis, graças aos programas acima citados, mantidos pela Capes e pelo CNPq.

É necessário apertar ainda mais o cinto? Pois outras fórmulas existem para obter resultados econômicos positivos, sem que tenhamos que apelar para a drástica medida de es-

tancar, completamente, o investimento na formação de recursos humanos no exterior.

Os acordos assinados no início deste ano na França e, agora em outubro, na Inglaterra, entre um elenco de universidades brasileiras e universidades desses países, constituindo as redes "Santos Dumont" e "Margaret Mee", respectivamente, são um exemplo dessas novas possibilidades. Por meio desses acordos, os bolsistas brasileiros, com mestrado em cursos classificados como A e B, pela avaliação da Capes, ficam dispensados de cursar o DEA (Diplome d'Études Approfondies) na França, e o M. Phil (Master of Philosophy) na Inglaterra, qualificações indispensáveis para o ingresso no doutorado naqueles países e que têm, em geral, a duração de um ano.

**A educação deve ser melhorada... nunca pensada exclusivamente como uma questão orçamentária**

Reduzindo o tempo de permanência de nossos bolsistas no exterior, de quatro para três anos, sem prejuízo da qualidade de seus estudos, só estas duas redes, que poderão também ser estabelecidas com outros países, trarão uma economia de mais de nove milhões de dólares por ano para os cofres públicos. E, mais importante, significam o reconhecimento por esses países de nosso sistema de pós-graduação, uma vez que esses acordos só se efetivaram porque as universidades francesas e inglesas consideraram que o nosso mestrado substituíra aqueles cursos.

Outro instrumento capaz de maximizar o investimento na formação de recursos humanos no exterior é o acordo de cooperação técnico-científica bilateral, do qual o acordo Ca-

pes-Cofecub é paradigmático. Iniciado em 1978 para desenvolver a pós-graduação no Nordeste, este acordo prevê a realização de pesquisas conjuntas e visitas recíprocas de pesquisadores dos países signatários, publicações e/ou patentes conjuntas e a formação de recursos humanos em todas as modalidades de pós-graduação. Além de garantir uma troca de conhecimento e experiência continuada e, a longo prazo, uma acolhida melhor e um acompanhamento mais adequado a nossos bolsistas, este tipo de acordo oferece, ainda, a vantagem de ter seus custos parcialmente compartilhados. Nestes dois últimos anos, esses acordos com a França e outro existente com a Inglaterra foram revitalizados. Acordos semelhantes foram assinados com a Alemanha e com a China, negociados com o Canadá, a Itália, a Bélgica, Portugal, Japão e países do Mercosul. Embora a demanda espontânea de bolsas de doutorado para o exterior continue sendo importante, a médio prazo, esse tipo de formação de recursos humanos poderá ser estimulado por tais acordos.

Graças a ações desse tipo é possível atender à demanda que ainda é alta e que reflete em parte a necessidade do país em recursos humanos de alto nível (no Brasil, a relação habitante/número de doutores, por exemplo, é um décimo daquela existente nos países desenvolvidos), mantendo estável e mesmo reduzindo os recursos aplicados em bolsas de pós-graduação fora do país. O que não é possível é tentar resolver as restrições orçamentárias ou problema de falta de recursos pela supressão pura e simples da formação de recursos no exterior. O preço seria muito alto. Ainda que tivéssemos atingido o mesmo nível dos demais países tecnologicamente mais desenvolvidos, e ainda estamos longe, ainda assim seria temeroso abraçar uma tal política. A França mantém, hoje, estudando fora de seu território mais de dois mil estudantes de pós-graduação: a Alemanha, 35 mil (sendo que destes, três quartos tiveram alguma forma de bolsa); a China, que busca a todo custo recuperar o seu atraso; 75 mil. Sem desperdício, é possível fazer muito. A educação deve ser melhorada e racionalizada, mas nunca pensada exclusivamente como uma questão orçamentária. Antes de tudo, ela é um investimento no país e em seu futuro.